



Captura Crítica

Direito, Política, Atualidade

A MULHER NA CONTRAMÃO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: REPENSANDO O GÊNERO SOB UM VIÉS DECOLONIAL

*Mujeres contra el capitalismo neoliberal: repensar el género bajo un sesgo
decolonial*

*Women against neoliberal capitalism: rethinking gender under a
decolonial bias*

Maria Victória Pasquoto de Freitas 

Universidade Católica de Pelotas, Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: mvpasquotoadv@gmail.com.

César Augusto Soares da Costa 

Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: csc193@hotmail.com.

Artigo recebido em 11/03/2023.

Aceito em 18/05/2023.

Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 371-390, 2023.
e-ISBN: 1984-6096



Este trabalho é licenciado sobre a Creative Commons Attribution 4.0
Este trabajo es licenciado bajo Creative Commons Attribution 4.0
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0

A MULHER NA CONTRAMÃO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: REPENSANDO O GÊNERO SOB UM VIÉS DECOLONIAL

Resumo: O presente artigo analisará o papel da mulher como principal agente para manutenção do capitalismo neoliberal no que concerne ao mercado de consumo de bens e serviços, utilizando de lentes decoloniais e interseccionais através da pesquisa bibliográfica. Assim, o problema que orientará o nosso trabalho é: “Em que medida as mulheres contribuem para a manutenção do capitalismo neoliberal no Brasil, levando em consideração a teoria decolonial?” Sendo assim, objetivaremos compreender a contribuição teórico-política das mulheres brasileiras e sua crítica a manutenção do capitalismo neoliberal à luz da decolonialidade visando contextualizar as relações de gênero; a decolonialidade como forma de repensar as relações no capitalismo neoliberal; e por fim, identificar o papel da mulher brasileira no capitalismo no que concerne às relações de consumo. Indicamos que, apesar do progresso feminino em sua inclusão no mercado, o capitalismo continua perpetuando de forma desigual a lógica de gênero e de raça, sob o discurso meritocrático e universalista, constituindo uma necessidade a decolonização dos papéis sociais.

Palavras-chave: Mulher; capitalismo neoliberal; gênero; raça; decolonial

Resumen: Este trabajo analizará el papel de la mujer como principal agente de mantenimiento del capitalismo neoliberal en lo que respecta al mercado de consumo de bienes y servicios, utilizando lentes decoloniales e interseccionales a través de la investigación bibliográfica. Así, el problema que guiará nuestro trabajo es: “¿En qué medida las mujeres contribuyen al mantenimiento del capitalismo neoliberal en Brasil, teniendo en cuenta la teoría decolonial?”. Como tal, nos propondremos comprender la contribución teórico-política de las mujeres brasileñas y su crítica al mantenimiento del capitalismo neoliberal a la luz de la decolonialidad con vistas a contextualizar las relaciones de género; la decolonialidad como forma de repensar las relaciones en el capitalismo neoliberal; y, por último, identificar el papel de las mujeres brasileñas en el capitalismo en lo que respecta a las relaciones de consumo. Indicamos que, a pesar de los avances de las mujeres en su inclusión en el mercado, el capitalismo continúa perpetuando de forma desigual las lógicas de género y raza, bajo el discurso meritocrático y universalista, constituyendo una necesidad de descolonización de los roles sociales.

Palabras-clave: Mujer; capitalismo neoliberal; género; raza; descolonial.

Abstract: The present paper will analyze the role of women as the main agent for the maintenance of neoliberal capitalism in terms of the consumer market for goods and services, using decolonial and intersectional lenses through bibliographical research. Thus, the problem that will guide our work is: “To what extent do women contribute to the maintenance of neoliberal capitalism in Brazil, taking decolonial theory into consideration?” As such, we will aim to understand the theoretical-political contribution of Brazilian women and their critique of the maintenance of neoliberal capitalism in light of decoloniality aiming to contextualize gender relations; decoloniality as a way to rethink relations in neoliberal capitalism; and finally, to identify the role of Brazilian women in capitalism with regard to consumer relations. We indicate that, despite the progress women have made in their inclusion in the market, capitalism continues to perpetuate unequally the logic of gender and race, under the meritocratic and universalistic discourse, constituting a need for the decolonization of social roles.

Keywords: Women; neoliberal capitalism; gender; race; decolonial.

1 Introdução

A partir do marco teórico feminista decolonial, este ensaio visará trazer imbricações teórico-políticas entre economia, gênero e emancipação, sob as lentes de autoras como Lélia

Gonzalez, Heleieth Saffioti, Rita Segato, Maria Lugones, Djamila Ribeiro, dentre outras autoras latino-americanas que contribuem no debate sobre o papel da mulher numa leitura decolonial.

Compreendemos que ser mulher no Brasil, representa diferentes papéis a depender do contexto sociocultural, econômico e político vivenciado. A era pré-capitalista, marcada pela inserção feminina na força de trabalho, quebrou diversos paradigmas, colocando a mulher em uma nova posição social e, conseqüentemente, sob novos estereótipos. Sendo assim, o recorte de gênero foi adotado pelo fato de que a análise visa concentrar esforços no mapeamento e identificação do papel da mulher dentro do capitalismo neoliberal, visto que por décadas, o papel desta foi constantemente invisibilizado, quando tratamos da construção de sistemas econômicos.

Sobre o emprego do marco teórico decolonial, ele indica que no contexto periférico da história brasileira, a mulher veio galgando espaços através dos tempos, não podendo se confundir com padrão de sociabilidade dos países europeus ou norte-americanos. A particularidade latino-americana vai para além da cultura e diversidade, sendo marcada pela hierarquia de gêneros e desigualdades econômicas abissais que regem as relações sociais. Por isso, nosso estudo será fundamentado por teorias de autoras latino-americanas.

Dessa forma, temos como seguinte indagação: “Em que medida as mulheres contribuem para a manutenção do capitalismo neoliberal no Brasil, levando em consideração a teoria decolonial?”

Para responder ao problema formulado, analisaremos a contribuição das mulheres brasileiras na manutenção do capitalismo neoliberal à luz da decolonialidade, pontuando como objetivos específicos contextualizar o capitalismo neoliberal e as relações de gênero; abordar a decolonialidade como forma de repensar as relações no capitalismo neoliberal; e identificar o papel da mulher brasileira no capitalismo neoliberal, no que concerne às relações de consumo.

2 Perspectivas de gênero no contexto do capitalismo neoliberal

O capitalismo industrial, iniciado dentre os anos de 1888 a 1933 – pós Revolução Industrial –, caminhou rapidamente e imprimiu progressivamente seu sistema na sociedade, no mercado e na política. Esse sistema primitivo, com o tempo foi aprimorado e teorizado, muito por conta da necessidade de conferir mais liberdade ao mercado, bem como para servir de oposição aos movimentos socialistas existentes na época (ROSENMANN, 2004, p. 43).

Sob novas vestes, o movimento por um capitalismo neoliberal iniciou na Europa em 1970, e tornou-se um projeto mundial. Em 1973, já foi possível identificar seus traços no Chile, considerado o berço de nascimento do neoliberalismo mundial, após o golpe de Estado promovido pelos Estados Unidos da América (EUA). Diante disto, a aplicação concreta da teoria do capitalismo neoliberal deu-se na América Latina, motivo pelo qual esse sistema é tão característico dessa região (ROSENMANN, 2004, p. 55-56).

O neoliberalismo inaugurado no Chile, logo adentrou ao Brasil e expressou suas vertentes excludentes e discriminatórias, desconsiderando os diversos contrastes inseridos na sociedade brasileira. No mercado de trabalho, o neoliberalismo provoca o desemprego involuntário e a repartição desigual da riqueza, além de considerar que esses vícios são as principais responsabilidades do Estado (ROSENMANN, 2004, p. 57).

O traço do neoliberalismo nos países latino-americanos apresenta características próprias, vez que criou uma “civilização das desigualdades” e, nas palavras de Smith (1983, p. 436), para “cada homem rico haverá, pelo menos, quinhentos pobres.” Nesse sistema não há que se falar em justo ou injusto, porque o que é natural é justo. A lógica meritocrática é reforçada pelos capitalistas, “acumulam e enriquecem os que são trabalhadores (industriosos), poupados (parcimoniosos) e inteligentes; estão condenados a ser pobres os que são preguiçosos, perdulários e incapazes (pouco inteligentes).” (SMITH, 1983, p. 436)

Assim, a ideologia neoliberal pensa que o Estado não é responsável por fazer justiça social, negando sua atuação nas políticas de redistribuição das riquezas que visam reduzir as desigualdades sociais e materiais. Dessa forma, “os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social [...]” (NUNES, 2003, p. 452).

Na verdade, os neoliberais pretendem dar fim ao Estado, as garantias sociais, ao pleno emprego, aos sindicatos, aos professores, às fontes de informação. Enfim, a tudo o que foi historicamente construído, em prol de um “fascismo amigável” ou *friendly fascism*. A Nova Direita ou direita liberal quer além do Estado mínimo, a privatização de todos os serviços públicos e construir um *Big Government*, “[...] por certo contra os “opressivos monopólios do trabalho”, mas não contra o *Big Business*, os grandes monopólios empresariais, os poderosos conglomerados multinacionais” (NUNES, 2003, p. 452).

O *voluntary searching for a better job*, é um constructo neoliberal que traz a ideia de que os trabalhadores estão cada vez mais exigentes, por isso do “desemprego voluntário”. A

ideia de Estado mínimo, livre mercado e meritocracia, representam aspectos basilares do pensamento neoliberal e que, pouco a pouco está introduzindo-se no Brasil, onde os governantes defendem que o “excesso de direitos trabalhistas” provoca o desemprego (NUNES, 2003, p. 455).

Contextualizando o gênero dentro do capitalismo – este, por sua vez, subdividido em desenvolvido e subdesenvolvido – há de se considerar que, diferentemente de países Europeus e Norte-Americanos, o sistema capitalista neoliberal em subdesenvolvimento apresenta processos diversos e aspectos próprios.

No Brasil, cuja economia pertence ao subdesenvolvimento, desenvolve-se um papel diferente da mulher na economia, normalmente relegado aos cuidados com o lar e com os filhos, isto é, com associação ao trabalho não remunerado. Com isso, é importante definir balizas para compreensão da mulher na sociedade atual e verificar qual a contribuição do feminismo na emancipação dessas mulheres. Logo:

Questiona-se, pois, a crença, presente quer na consciência afirmadora da ordem social competitiva, quer na consciência negadora dessa ordem, de que a mulher foi lançada no mundo econômico pelo capitalismo. Por isso, as referências às sociedades pré-capitalistas e socialistas se tornam necessárias. Estas referências, entretanto, objetivam tão-somente ressaltar o caráter contrastante existente entre os papéis sociais da mulher nessas formações sociais e na sociedade de classes (SAFFIOTI, 1976, p. 8).

Saffioti (1976, p. 11), refere-se aos subtipos de capitalismo, como o capitalismo autonomamente desenvolvido e o capitalismo heterônomo em vias de desenvolvimento¹, definindo-os como cruciais para compreender como ocorre o funcionamento das relações e determinações de sexo dentro de um contexto nacional.

A comparação do papel da mulher dentro de sistemas capitalistas diferentes auxilia na indicação de “[...] até que ponto a interiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou da mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso [...]” (SAFFIOTI, 1976, p. 12). Nesse sentido,

Por um lado, o capitalismo global, mais que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios

¹ Os subtipos de capitalismo, também denominam-se desenvolvido e subdesenvolvido, e representam os níveis de industrialização, renda *per capita*, índice de desenvolvimento humano, educação e qualidade de vida. A América Latina é um território marcado pelo subdesenvolvimento, e isso influencia diretamente no papel das mulheres, pois “[...] embora muitos países subdesenvolvidos apresentem elevada taxa de utilização de mão-de-obra feminina, grande parte dessa força de trabalho efetiva localiza-se em funções não produtivas (como os serviços domésticos remunerados, por exemplo), permanecendo, portanto, à margem do sistema produtivo de bens e serviços da sociedade de classes” (SAFFIOTI, 1976, p. 29).

que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afectam. Lutar contra uma dominação cada vez mais 12 epistemologias do sul polifacetada significa preversamente lutar contra a indefinição entre quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12).

Repensar o lugar da mulher dentro do capitalismo neoliberal latino-americano, implica em associar questões de sexo e poder e a atuação da mulher no mercado e na família. Therborn (2017, p. 12), considera que a família e as relações de poder determinam direitos, obrigações e distribuição de recursos dentre os membros, “aqueles a quem privilegia podem, por meio dela, manter seus status porque seus recursos de controle e de sanção coincidem com seus direitos, enquanto aqueles com poucos recursos de poder têm mais obrigações do que direitos” (THERBORN, 2017, p. 12).

As relações de mercado influenciam diretamente na construção social e se nos anos 70 ainda havia um padrão de mulher-família, hoje depara-se com a mulher-para-si (TOURAINÉ, 2011, p. 222), uma mulher que associa tarefas domiciliares e familiares com o trabalho externo e apresenta-se como forte concorrente para os homens nesse novo mercado de trabalho. Desse modo:

Concubinadas, amasiadas, casadas ou separadas, as mulheres encontravam na maternidade um papel que exerciam adaptado às suas realidades, porém distante das prédicas que o incentivavam como uma missão. Preservar a espécie, constituir-se num prolongamento da natureza que frutifica, estar identificado à mãe-terra, o corpo feminino devia mais servir a ideia de concepção do que àquela da maternidade. Será sem dúvida a fertilidade da mulher o alvo de todos os discurso da época, fossem estes eruditos ou populares. Os filhos, e portanto a reprodução, eram louvados como graças divinas, independentemente de se criarem ou não (DEL PRIORE, 1989, p. 49-50).

Del Priore (1989, p. 49), apresenta a realidade de mulheres dos anos noventa, que tinham como principal atribuição a reprodução humana. Analisando a história da evolução feminina ao longo dos tempos, é possível identificar que o século XXI trouxe uma quebra de paradigmas, impondo uma nova realidade social: mulheres chefes de família, empreendedoras, trabalhadoras, pesquisadoras e emancipadas do pensamento de dependência masculina.

Assim, considerando os novos papéis assumidos pelas mulheres no Brasil, pode-se verificar que “[...]quanto mais alto o nível de escolarização, mais alta é a probabilidade de participação na força de trabalho, além de revelar que o estado civil é determinante para inserção da mulher na atividade produtiva” (CARRION; PILLA; ALBORNOZ, 1985, p. 50).

A inversão de valores sociais e familiares, promovidas pela imposição do capitalismo neoliberal, pela emancipação e pela necessidade de ingresso da mulher na força de trabalho

externo, também modificaram a instituição do casamento. Por isso, pode-se dizer que o sistema capitalista, de forma geral, impactou na cultura econômica e nas relações interpessoais, “o modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI, 1976, p. 13).

Observa-se que a função da mulher, sob a ótica da objetificação e do simbolismo, é de contribuir para o sucesso e aumento de capital do homem, cuidando das demandas familiares e do lar, onde estava a resguardo dos “males das ruas”. O que não se estendia para as mulheres com menor poder econômico, que se viam obrigadas a saírem de suas casas para trabalhar como empregadas para pessoas de melhor classe econômica, porém sem deixar as atividades do lar, consistindo a dupla jornada de trabalho (BOURDIEU, 1999, p. 55).

A partir dessas concepções, a inserção da mulher no capitalismo neoliberal ocorre de forma marginalizada, vez que o sistema foi construído sob raízes machistas e patriarcais, e mesmo após a revolução industrial e o efetivo ingresso da mulher na força de trabalho externa, há que se considerar que o mercado neoliberal ainda não apresenta abertura e remuneração igualitária ao dos homens.

Vejamos na sequência, a contribuição do debate decolonial na perspectiva de gênero.

3 A Decolonialidade no debate de gênero

Chegamos aqui, a outro ponto que se debruça o nosso trabalho: *a decolonialidade*. Sendo assim, a fim de definir a linha teórica e o marco temporal da pesquisa, como também para delimitar um público e um espaço dentro de um contexto cultural, partindo do pressuposto que a América Latina possui uma realidade que não pode ser traduzida a partir de teorias universalistas, senão a partir de uma pluralidade de epistemologias críticas às concepções eurocêntricas do saber.

Há que se reconhecer as abordagens que rompem com a dogmatização que valoriza apenas uma matriz teórica universal. Para que isso ocorra, é necessário estabelecer uma matriz pluriversal, “[...]compreendida por diferentes abordagens e concepções de conhecimentos que operam ora de forma mútua ora de forma cruzada, e não mais de forma hierarquizadora do saber.” (SILVA, 2022, p. 357).

O universalismo e a hegemonia eurocêntrica não dão conta de incluir a realidade latino-americana em suas teorias, seja pelo processo colonial, econômico e cultural que se estabeleceu,

como também pela incompreensão das diversidades existentes nessas regiões. Quando autores europeus discorrem sobre a sociedade de forma generalista, normalmente utilizam como ponto de base uma bolha social que não inclui a divisão de gênero, raça, cor e classe social, fazendo com que a conclusão dos estudos seja divergente das vivências de pessoas latino-americanas.

O colonialismo, em resumo, representa as “[...] dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica², uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7). A produção de teorias a partir do viés colonial, impediu que a América Latina reconhecesse suas características e particularidades por muito tempo, essa supremacia do saber silenciou a cultura local e levou os povos não-europeus a adotarem a cultura europeia como um ideal.

O projeto colonizador era homogeneizar o mundo, desconsiderando as diferenças culturais, reduzindo toda uma diversidade epistemológica, cultural e política de cada contexto social. O saber ocidental e eurocêntrico foi habituado como uma intelectualidade superior e universal, que dava conta de traduzir todas as realidades de forma uníssona. Isto evidencia que:

A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 15).

Santos (2009, p. 23), conceituam o pensamento moderno como abissal, isto é, concentrado numa dualidade radical de ideias, onde “as distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”.

A América Latina representa o “outro lado da linha”, onde toda a cultura e a produção teórica é inexistente e sequer considerada como a possibilidade do “outro” e assim, “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois

² “Epistemologia é toda a noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e actores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objecto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder)” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 9).

lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante” (SANTOS, 2009, p. 24). Concordamos com as reflexões de Santos, pois para ele:

O meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial (SANTOS, 2009, p. 29).

Na visão eurocêntrica, “[...] era necessário levar a cultura, a civilização e a modernidade aos nativos do Novo Mundo, tidos como selvagens e irracionais. Assim, legitimava-se a colonização, pois a sua missão era tornar esses nativos em seres humanos, cristãos, civilizados” (DIAS; ALVES; AMARAL, 2019, p. 111). Assim, as culturas de outros locais (não europeus), eram inferiorizadas em prol de um conceito de dominância e primazia da cultura europeia.

A colonialidade considera que há uma hegemonia política, cultural, econômica e social de certos países que determinam formas de subalternização e dominação em relação a outros, justificando sua autoridade como uma espécie de totalidade e sistema a ser seguido. Sendo assim, “[...] a colonialidade tem profundas raízes no subconsciente dos colonizados, controlando não apenas a economia e a autoridade, como também a subjetividade desses povos” (DIAS; ALVES; AMARAL, 2019, p. 112). Esses aspectos nos levam a considerar que:

Com a exportação de noções europeias sobre o patriarcado, a sexualidade, epistemologia e espiritualidade por meio da expansão colonial, tais noções se configuraram como critérios hegemônicos para racializar, classificar e patologizar o restante da população do mundo. Assim, além de justificar a exploração de um povo sobre o outro, a colonialidade do poder estrutura ainda a acumulação de riquezas, privilégios e poder segundo uma matriz racista (PALHARES; NICOLI, 2021, p. 1940-1941).

A colonialidade afetou a América Latina no que concerne a produção de seu próprio arcabouço teórico e epistemológico. O feminismo universal, por exemplo, considerado uma onda do movimento que impôs uma única realidade, o da mulher branca e eurocêntrica, excluiu os demais grupos de seus estudos e de suas lutas por igualdade (LUGONES, 2014, p. 54).

O colonialismo impôs um sistema que invisibilizou todas as outras formas de vida, relegando aos países latinos ao *status* de uma população sub-humana em estado de natureza. Com isso, o pensamento decolonial e pós-abissal, busca criar um novo paradigma teórico e resgatar a riqueza do conhecimento produzido a partir de realidades locais (SANTOS; MENESES, 2009, p. 52).

A revolta paradigmática-teórica ocorrida a partir dos anos noventa, onde se passou a questionar a validade do pensamento europeu às realidades latino-americanas, deu origem a decolonialidade, que em termos gerais, pode ser definida como “[...] o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder. A dominação colonial seria, portanto, o conector entre diversos lugares epistêmicos” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 21).

O processo de decolonialização epistemológica, tem como referência o Sul Global, caracterizado por um espaço pluriverso e pela matriz ideológica de valorização dos saberes locais, das experiências e vivências que transcendem um “eu” universal, exprimindo a realidade de uma coletividade.

Este processo não deve ser orientado por uma negação epistemológica do que foi construído, mas por uma reorientação epistêmica de olhares desde um Sul Global, compreendido aqui como Sul Epistemológico que associa diversos estudos locais e totais, valorizando as experiências e lutas sociais enquanto práticas de conhecimentos que rompem os paradigmas de entre o legal e ilegal, certo e errado, verdadeiro e falso (SILVA, 2022, p. 363).

A decolonialidade permite que o feminismo também seja observado por uma lente diversa, incluindo em sua produção teórica as mulheres latino-americanas e racializadas. A epistemologia feminista inseriu a experiência das mulheres como uma base válida para a produção de conhecimento, proporcionando uma nova construção do saber que abrange mulheres brancas, negras e de cor (CURIEL, 2020, p. 138).

O colonialismo invisibilizou por muito tempo os estudos latino-americanos, sejam eles sobre gênero, história, conhecimento científico, etc., impondo um saber universal concentrado somente nas experiências europeias. Foi a partir da constatação da existência de um pluriverso latino-americano, para além do burguês branco europeu, que se iniciou a desconstrução desse pensamento hegemônico, passando-se a incluir e valorizar os saberes locais.

O significado de mulher também passou a ser questionado a partir da epistemologia feminista decolonial. Lugones (2020, p. 59), afirma que o gênero é formado pela colonialidade do poder, por isso “[...] não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica”. As relações sociais hodiernas têm bases coloniais e eurocêntricas, isso explica a supervalorização das mulheres brancas em detrimento das negras,

pardas e indígenas. O colonialismo se reproduz até mesmo nas relações econômicas, conforme disserta Lugones (2020, p. 72):

Durante o desenvolvimento dos feminismos do século XX, não se fizeram explícitas as conexões entre o gênero, a classe e a heterossexualidade como racializados. Esse feminismo fez sua luta, e suas formas de conhecer e teorizar, com a imagem de uma mulher frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva. Mas não explicitou a relação dessas características com a raça, já que elas são parte apenas da mulher branca e burguesa. Dado o caráter hegemônico que tal análise alcançou, ele não apenas não explicitou como ocultou essa relação. Começando o movimento de “liberação da mulher” com essa caracterização da mulher como o branco da luta, as feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas.

A partir dos estudos decoloniais, foi possível observar as imbricações entre colonialismo, capitalismo e neoliberalismo e de que forma esses mecanismos atuam para perpetrar o machismo e o patriarcalismo na sociedade. A epistemologia feminista e decolonial possibilita a proposição de mundos mais justos e humanos, valorizando outros saberes, identificando conceitos, categorias e teorias que surgem das experiências coletivas subalternizadas que explicam realidades diversas e contribuem “[...] com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis.” (CURIEL, 2020, p. 140).

Em sociedades coloniais, como a brasileira, as relações de mercado também foram profundamente impactadas, principalmente a partir do momento em que o capitalismo neoliberal se estabilizou, o ingresso da mulher branca na força de trabalho externa e o consequente processo de autonomia econômica, modificaram paradigmas sociais e familiares.

A mulher branca transcendeu o papel privado do lar, para ocupar posições no mercado. Essa mudança propiciou que este público passasse a desempenhar novo papel na economia do país, sendo uma das principais agentes para movimentação e perpetuação do consumo e, em última análise, do capitalismo. Porém, os traços coloniais ainda se demonstram presentes, sobretudo, quando se verifica que a mulher ainda vê o eurocentrismo como um modelo de vida a ser seguido e copiado.

O colonialismo e a colonialidade³, em última análise, perpetuam a supremacia europeia, as desigualdades estruturais, o machismo e o patriarcalismo. Por isso, é impensável um estudo de gênero sem utilizar a epistemologia decolonial como base de estudo, associando-o aos

³ Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas e de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo (QUIJANO, 2009, p. 73).

diversos fenômenos sociais, como o capitalismo neoliberal, o consumo e a questão da emancipação das mulheres latino-americanas.

Seguindo a trilha de nossa reflexão, iremos ao encontro do papel da mulher na sociedade brasileira.

4 O Papel da mulher na sociedade brasileira no capitalismo neoliberal

Com a mudança do papel social da mulher a partir de seu efetivo ingresso no mercado de trabalho formal e a possibilidade de escolarização, houve profundos rearranjos no mercado e na economia. Os anos noventa foram marcados pelo início do capitalismo neoliberal na América Latina, que aos poucos espalhou-se por todo o território e modificou a lógica de trabalho e consumo das sociedades.

O lugar de fala proposto aqui, parte da premissa de Ribeiro (2017, p. 17), em considerar que muitas mulheres e, principalmente, as negras, foram silenciadas pelo sistema hegemônico, “[...]somente basear as análises no capitalismo patriarcal não dava conta de responder às situações de mulheres negras e indígenas da América Latina, pois, para a autora, faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto as outras citadas: a opressão de caráter racial.” (RIBEIRO, 2017, p. 17).

Partindo de premissas generalizadas, não é possível analisar racionalmente a situação da mulher no Brasil. Somente a partir de lentes decoloniais, feministas e latino-americanas se consegue localizar os problemas que permeiam o tecido social em que se vive. “Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”?” (RIBEIRO, 2017, p. 25)

Gonzalez (1979, p. 60) descreve a economia atual como capitalismo patriarcal ou patriarcado capitalista, onde são anulados e rechaçados todos os tipos de diferenças (gênero, sexualidade, cor e raça) e só sobrevive o ideal: homem, branco e heterossexual. Estas origens do capitalismo, além de influenciarem as relações de mercado, permearam a cultura e a forma de valorização do trabalho humano.

Isto quer dizer que a hierarquia social estabelecida, privilegia homens e mulheres brancas, deixando à margem pessoas de cor e raça. Por isso o presente artigo, parte do lugar de fala da mulher brasileira no capitalismo neoliberal, considerando essas diferenciações e

intersecções, a fim de mapear concretamente as contribuições de cada grupo de mulheres para o atual sistema de consumo.

A voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas. Nesse sentido, pensar a partir de novas premissas é necessário para se desestabilizar verdades (RIBEIRO, 2017, p. 15)

O papel da mulher no capitalismo diferencia-se a depender dos contextos de cor, raça e classe social, Fernandes (2020, p. 62) percebe o capitalismo como reforço ao patriarcado, tendo em vista que o gênero determina uma divisão social entre homens e mulheres, como também decide qual trabalho será bem remunerado. Assim sendo:

O *gênero* é um fator importante da sociedade patriarcal na organização da divisão de trabalho público e doméstico, visível e invisível e até mesmo remunerado e não remunerado (ou mal remunerado). Quando digo “patriarcal”, refiro-me à estrutura conhecida como patriarcado, que é um sistema de lógica própria (a da opressão de gênero), mas não é um sistema autônomo, que existe isolado do capitalismo. Ao contrário, hoje, o sistema de dominação na base do gênero se desenvolve dentro de um contexto de propriedade e trabalho (FERNANDES, 2020, p. 63).

O sistema capitalista neoliberal, caracterizado pela lucratividade, acúmulo e concentração de riquezas, trata de forma desigual homens e mulheres. Isso ocorre pelo fato de que as mulheres acumularam o trabalho externo com o doméstico, vivendo sob dupla e até tripla jornada. Esse fato é preocupante, vez que o trabalho doméstico e o cuidado com pessoas configura-se como trabalho não remunerado e, na maioria das vezes, é invisibilizado, muito por conta de que a sociedade patriarcal vê esse tipo de serviço como um dever da mulher para com os outros.

Quando se fala em atuação feminina no mercado de trabalho e consumo, a questão racial se faz presente, visto que o Brasil foi e segue sendo construído sob parâmetros escravocratas e coloniais, provocando a desvalorização do trabalho das mulheres negras. Ademais, há que se recordar que a mulher negra foi inserida na força de trabalho muito tempo antes da mulher branca, como babás, cuidadoras de idosos, empregadas domésticas, lavadeiras, etc., nas casas de pessoas brancas, por isso o processo de integração de mulheres negras e brancas, ocorre de forma diversa.

Todas essas discriminações e desigualdades asseveradas pelo capitalismo e pelas relações de mercado que dele advém, são heranças coloniais que agem a favor dos interesses do sistema (FERNANDES, 2020, p. 65). Ribeiro (2017, p. 30), utilizando os ensinamentos de Beauvoir, afirma que a mulher é o outro, enquanto a mulher negra é o outro do outro.

Segato (2012, p. 110), afirma que “o advento moderno tenta resolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula”, isto é, a modernidade – ou pós-modernidade- traz consigo a herança colonial que relativiza autonomias, interfere na vida institucional e rompe com o tecido comunitário, provendo de um lado um discurso sobre a modernidade e de outro princípios liberais, capitalistas e racistas.

Analisando o papel da mulher na produção de bens e serviços, verifica-se que sempre houve participação feminina no trabalho, até mesmo em economias pré-capitalistas, a mulher já trabalhava no campo, manufaturas, minas, lojas, mercados, dentre outros. Dentro da família, as mulheres e crianças desempenhavam um papel econômico, porém sempre em posição inferior à do homem (SAFFIOTI, 1976, p. 16).

No pré-capitalismo, a condição de dignidade e posição social da mulher estava atrelada ao casamento, por isso que, mesmo que as mulheres desempenhassem um papel econômico, a condição de inferioridade e obediência ao marido permaneciam, muito por conta da cultura patriarcal e machista que impunha deveres da mulher para com o homem (SAFFIOTI, 1976, p. 17).

A noção de independência econômica da mulher, nasceu a partir do individualismo pregado pelo capitalismo. Saffioti (1976, p. 18), considera que o capitalismo trouxe uma dupla desvantagem à mulher:

[...] no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 19).

O pré-capitalismo transferiu diversos conceitos e sistemáticas ao capitalismo, que serviram como base para construção dessa nova lógica de mercado. A mais-valia⁴, conceito empregado por Marx (1867), unida a inferiorização feminina, fez com que o trabalho da mulher fosse marginalizado, ocorrendo em extensas jornadas, com salários baixos e em locais insalubres.

⁴ “No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, apropriação de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o objetivo direto do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso. Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo” (MARX, 1987, p. 394).

As raízes da desvalorização feminina no capitalismo neoliberal, encontram-se em sistemas de mercado anteriores. A luta por ocupar um espaço digno e valorizado no mercado de trabalho é secular. Saffioti (1976, p. 35), relata que com o passar do tempo, os homens desejavam extirpar a mulher do mercado de trabalho, pois acreditavam que elas geravam o desemprego masculino.

Contudo, o desemprego involuntário é uma característica do capitalismo neoliberal, o próprio sistema dispõe de um mercado de trabalho escasso. “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p. 43).

Se para os homens o trabalho remunerado já se dava em condições precárias, para as mulheres a situação asseverava-se, tendo em vista que as oportunidades de trabalho feminino ocorriam somente porque não havia homens que quisessem ocupar seus cargos, seja pela extensa jornada de trabalho e/ou pela remuneração ínfima.

O neoliberalismo trouxe novos traços para o capitalismo preexistente, as relações de consumo e a forma com que o mercado se apresenta, foram alguns pontos expressivos da influência do neoliberalismo. Nessa nova sistemática, o papel da mulher transcende o lar e a fábrica e começa a ocupar novos espaços no mercado e na economia brasileira e latino-americana.

No caso das mulheres negras, que desde o período escravocrata já exerciam trabalho externo, sua inserção no mercado laboral ocorreu de forma diversa, pois seu acesso à educação e a oportunidades de emprego são limitadas se comparadas às mulheres brancas. “Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida” (GONZALEZ, 1979, p. 14).

Relacionando o capitalismo neoliberal, o mercado de trabalho e o gênero, é possível verificar que o processo emancipatório feminino foi fruto do individualismo trazido pelo capitalismo, bem como pela necessidade crescente de integração da mão-de-obra feminina no mercado laboral. Com isso, questiona-se se a emancipação das mulheres, hodiernamente, realmente representa os ideais perseguidos pelas teóricas feministas e pelo pensamento decolonial, tendo em vista que “o corpo, nos dias atuais, é pouco dotado de espontaneidade, de naturalidade e de erotismo, pois foi condicionado, ou seja, regulado pelos interesses da sociedade capitalista, que somente visa ao consumo e ao lucro” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 468).

Mulheres brancas e negras, mesmo que de forma marginalizada, integram o capitalismo e fazem girar a economia e, atualmente, são consideradas as maiores consumidoras de produtos e serviços. O capitalismo neoliberal e o consumismo, mudaram a lógica de consumo e a cultura, a insaciabilidade do desejo de consumir faz com que as pessoas comprem objetos que não necessitam. A participação no capitalismo neoliberal e no mercado de consumo, é como fazer parte de um grupo e uma forma de socialização dos indivíduos, expressando um conjunto de valores, símbolos, atitudes, modos de sentir e ser (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 470).

As imbricações ocorridas entre o gênero, as questões de mercado e o sistema capitalista neoliberal, apontam para uma nova realidade no Brasil, pois as mulheres estão ocupando espaços antes dominados por homens, assumindo novo papel social no que concerne ao mercado laboral, formação intelectual e poder decisório dentro da família. Contudo, em contramão à evolução e ao processo emancipatório feminino, percebem-se novos mecanismos de dependência e subalternidade feminina.

Os estereótipos de gênero aos quais as mulheres são constantemente expostas também estão presentes no capitalismo neoliberal sob novas vestes. Consumir certos produtos e agir de uma forma considerada disruptiva, são traços desse axioma que levam a antagonismos, pois a emancipação feminina é pregada como uma mulher, com trabalho remunerado e livre para escolher. Porém, até que ponto pode-se falar em liberdade dentro de um sistema opressor, como o capitalismo?

Finalizaremos nosso trabalho, destacando a crítica ao capitalismo e a necessidade do horizonte decolonial.

5 Considerações finais: o gênero para além do capitalismo, um horizonte decolonial

À luz do que foi apontado, levamos em conta que o neoliberalismo desconectou o senso de valores, utilizando-se da mais-valia como base para as relações laborais. Foi nesse momento que as mulheres e, principalmente as mulheres brancas, foram integradas massivamente à força de trabalho proletária, cumulando o trabalho doméstico com o das fábricas.

Para as mulheres negras, o ingresso no mercado de trabalho ocorreu de forma diversa, pois desde o período colonial, elas já trabalhavam como empregadas e cuidadoras na casa de pessoas brancas. A partir destes contornos, ao mencionar “mulheres”, a pesquisa trouxe as

múltiplas realidades e interseccionalidades existentes na América Latina e no Brasil, considerando que não há como tratar o termo “mulher” de forma universal.

Por outro lado, cabe destacar que o capitalismo neoliberal, fruto de um projeto europeu que foi transplantado para a América Latina, inaugurou uma nova era no que concerne à economia, ao consumo e ao trabalho, impactando diretamente nas relações sociais e nos papéis de gênero desempenhados. Apesar de constituir um sistema novo – documentado historicamente na América Latina a partir dos anos 90 –, essa organização econômica é predominante no contexto latino-americano, e carrega heranças coloniais.

Isto assevera que a decolonialidade como marco teórico e temporal, possibilitou que o presente estudo partisse de contextos locais para explicar fenômenos existentes dentro de um pluriversalismo e um multiculturalismo próprio da região. Além disso, a epistemologia decolonial imprime um novo olhar sobre a história brasileira, pois parte de sujeitas que experienciam sua existência nesta realidade periférica.

A análise das conexões entre capitalismo neoliberal, gênero e decolonialidade, possibilita trazer a história da mulher negra e branca para os espaços de pesquisa e debate, modificando a história que o homem branco traçou e reproduziu até aqui. Verificar o papel da mulher no capitalismo neoliberal, implica em reconhecer o machismo, patriarcalismo e colonialismo por detrás das relações econômicas.

Dessa forma, pontuamos que apesar do progresso feminino em sua efetiva inclusão no mercado, o capitalismo neoliberal segue assegurando uma lógica desigual de gênero e a raça, sob o discurso meritocrático e universalista, fatores que apontam para importância da discussão decolonial para o enfrentamento destas problemáticas históricas.

Referências bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**. v. 31, n.1. jan-abr 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt>>. Acesso em 13 out. 2022.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARRION, Maria da Conceição de Araújo; PILLA, Sônia; ALBORNOZ, Suzana, et al. As mulheres e a educação. In: **Na condição de mulher**. Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, 1985.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, et.al (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

DIAS, Alaides Cardoso; ALVES, Sirlene Maria da Silva; AMARAL, Leila Dias P. do. A contribuição do pensamento decolonial na afirmação da cidadania. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 7, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1311>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: **8 Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, 1979.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. [Título original: *Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie Buch I: Des Produktions-process des Kapitals*, 1859]. 27. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1.

NUNES, Antonio José Avelãs. Neoliberalismo e Direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2003.

PALHARES, José Vitor; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. A colonialidade da organização e regulação do trabalho. **Revista Direito e Práxis**. v. 12, n. 3, p. 1924-1957, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48260>>. Acesso em: 15 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento e Justificando, 2017.

ROSENMAN, Marcos Roitman. **El pensamiento sistémico**: los orígenes del social-conformismo. 2 ed. Siglo XXI, España Editores, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 356-364, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/csc6FRBDPnz4Y6FMkkwtCGt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. Tradução por Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1983.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no mundo. Tradução por Elisabete Dória Bilac. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Maria Victória Pasquoto de Freitas

Advogada. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário da Região da Campanha/URCAMP. Doutoranda no PPG em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Membro do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL), coordenado pelo Professor Doutor César Augusto Costa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1800-9885>.

César Augusto Soares da Costa

Sociólogo. Doutor em Sociologia pela Universidade Martin Lutero (EUA). Doutorado em Ciências Humanas (Área de concentração - Educação) na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Professor e Coordenador do PPG em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Líder do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL). Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7190-6606>.